



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 762/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1486/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Williams Santos Damasceno, Diretor do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 42/2015 (fls. 139/144).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1624/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 147/149).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Exercício 2014.

Contas Regulares com ressalvas. Multa. Determinação ao responsável. Determinação à Comissão de Inspeção. Prazo. Cobrança Executiva.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular, com ressalvas, a Prestação de Contas do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico - HCTP, exercício de 2014, que tem como responsável o Senhor Williams Santos Damasceno, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa ao Senhor Williams Santos Damasceno, como responsável pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico - HCTP, no exercício de 2014, no valor de **R\$ 3.000,00** (Três mil reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica), em vista da inscrição dos débitos relativos aos empenhos discriminados no Item I, em restos a pagar, sem a correspondente disponibilidade em caixa;

9.3- Determinar ao responsável e à atual administração do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico - HCTP:

9.3.1- Observância das disposições constantes na Lei nº 4.320/64, evitando a inscrição de débitos em restos a pagar, sem a correspondente disponibilidade de caixa, preservando o direito adquirido dos credores ao pagamento; e,



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 762/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3.2- Observância do disposto no artigo 95 e 96, da Lei nº 4.320/64, preservando a necessidade do controle de materiais em estoque no almoxarifado e registro sintético dos mesmos.

9.4- Determinar à Comissão de Inspeção do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP, exercício de 2015, que observe se foram adotadas às determinações contidas no Item III da Conclusão desta Proposta de Voto, sob pena de considerar o Gestor em reincidência, nos termos artigo 188, §1º, inciso III, alínea “e”, do Regimento Interno desta Corte;

9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.6- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

10- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em substituição

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral